

1. Documento: 35898-2019-237

1.1. Dados do Protocolo

Número: 35898/2019

Situação: Ativo

Tipo Documento: Pregão Eletrônico

Assunto: Licitação

Unidade Protocoladora: SAJ - SECAO DE APOIO JURIDICO

Data de Entrada: 24/10/2019

Localização Atual: SELC - SECRETARIA DE LICITACOES E CONTRATOS

Cadastrado pelo usuário: FRANCIAR

Data de Inclusão: 15/09/2020 12:20

Descrição: PE23/2019- Serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional.

1.2. Dados do Documento

Número: 35898-2019-237

Nome: e-PAD 35.898-2020 - PJ - homologação com recurso - terceirização - PE n. 23-2019 - SEAA.pdf

Incluído Por: ASSESSORIA JURIDICA DE LICITACOES E CONTRATOS

Cadastrado pelo Usuário: CRISTIBR

Data de Inclusão: 14/09/2020 18:38

Descrição: Parecer Jurídico

1.3. Assinaturas no documento

Assinador/Autenticador	Tipo	Data
CRISTIANO BARROS REIS	Login e Senha	14/09/2020 18:38

Documento Gerado em 15/09/2020 15:28:20

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

e-PAD: 35.898/2019.

Ref.: Pregão Eletrônico n. 23/2019. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais, em modelo de contrato por desempenho/resultado, com fornecimento de uniformes, materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPIs).

Assunto: Recurso Administrativo hierárquico interposto pela empresa *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* em face da adjudicação do objeto relativo ao Lote 04 à Empresa *Santa Fé Serviços Eireli*. Provimento parcial. Sobrestamento da análise da homologação afeta aos Lotes 02 e 03, adjudicados à citada empresa. Diligência quanto ao Lote 01.

Senhora Diretora-Geral,

A i. Pregoeira, Sra. Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça, submete à douta apreciação superior a decisão (doc. n. 35898-2019-235) que ratifica aquela que declarou a empresa *Santa Fé Serviços Eireli* vencedora do Lote 4 do Pregão Eletrônico n. 23/2019, conforme resumo eletrônico da licitação e Ata da Sessão Pública do Pregão (doc. n. 35898-2019-228) e, por conseguinte, negou provimento ao Recurso Administrativo hierárquico interposto pela *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli*, nos termos dos arts. 38, VI e VIII da Lei n. 8.666/1993; e 8º, IV a VI, 11, VII, XI, 26, 27, 30, XI do Decreto n. 5.450/2005.

Destarte, os autos foram enviados a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos da Diretoria-Geral para emissão de parecer jurídico (art. 38, VI, Lei n. 8.666/1993; art. 30, IX, Decreto n. 54.50/2005), de modo a instruí-los e a subsidiar a prolação de decisão pela digna autoridade superior, com adjudicação dos objetos licitados e homologação do certame (Lotes 1, 2, 3 e 4), pelos fundamentos aduzidos adiante.

1. RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO.

1.1. Relatório.

Conforme se extrai da Ata da Sessão Pública do Pregão e do resumo eletrônico da licitação (doc. n. 35898-2019-228), a empresa *Santa Fé Serviços Eireli* foi declarada vencedora do Lote 4 do Pregão Eletrônico n. 23/2019 em 14/08/2020, pelo critério de menor preço, com o valor (negociado) de R\$ 10.287.891,72 (dez milhões, duzentos e oitenta e sete mil, oitocentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Inconformada com essa decisão, a licitante *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* interpôs Recurso Administrativo hierárquico em 20/08/2020, alegando em síntese que “*numa tentativa pífia de tentar fazer valer utilização da CCT SINTAPPI/MG x SINSETHT/MG a licitante Recorrida alterou seu contrato social em maio de 2020, para inserir ‘recursos humanos’ em suas atividades econômicas, como se essa simples alteração documental tivesse o condão de alterar a realidade de sua atividade econômica*” (doc. n. 35898-2019-229).

Contrarrazões ofertadas pela Recorrida, *Santa Fé Serviços Eireli*, alegando que o Recurso possui “*caráter meramente procrastinatório e com a finalidade de tumultuar o bom andamento do pregão epígrafado*” (doc. n. 35898-2019-230).

Petição apresentada pela Recorrente, *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli*, em 24/08/2020, sob a alegação de tratar-se de breve resumo das razões apresentadas no Recurso (doc. n. 35898-2019-231), tendo sido recebida em face do direito de petição previsto no art. 5º, XXXIV da Constituição Federal.

Considerações apresentadas pela Recorrida em 01/09/2020, relativas à mencionada petição (doc. n. 35898-2019-232).

Comunicação Interna n. SEAA/237/2020, por meio da qual Secretaria de Apoio Administrativo (unidade técnica) se manifesta quanto ao Recurso apresentado pela *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* (doc. n. 35898-2019-232).

Decisão da Pregoeira, propondo o conhecimento do Recurso interposto pela *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* e, no mérito, a sua improcedência, com a manutenção da decisão que declarou a empresa *Santa Fé Serviços Eireli* vencedora do Lote 4; e requerendo a adjudicação do objeto licitado e a homologação do certame pela autoridade competente, por regulares os atos praticados, nos moldes do art. 27 do Decreto n. 5.450/2005 (doc. n. 35898-2019-235).

É o que cabia relatar.

1.2. Admissibilidade.

Conforme se extrai do resumo eletrônico da licitação, a empresa *Santa Fé Serviços Eireli* foi declarada vencedora do Lote 4 do certame no dia 14/08/2020, às 14h09, iniciando-se então o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para manifestação de intenção de recorrer (subitem 20.3 do Edital). Na ocasião, a Pregoeira esclareceu que, “*em razão do final de semana, o prazo para manifestar intenção de recurso deverá ser contado em horas úteis,*



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

vencendo-se, aproximadamente, às 14:00hs de segunda-feira, dia 17/08” (doc. n. 35898-2019-228). Destarte, considerando que a *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* manifestou a intenção de recorrer ainda em 14/08/2020, às 14h15, tem-se que ela é **tempestiva**.

Constata-se, também, a **tempestividade** das razões recursais apresentadas em 20/08/2020, porquanto observado o prazo de 3 (três) dias previsto no subitem 20.3.1 do Edital, com fundamento no art. 26 do Decreto n. 5.450/2005.

Igualmente tempestivas, as contrarrazões foram apresentadas em 24/08/2020, nos termos do art. 26 do Decreto n. 5.450/2005.

1.3. Mérito.

A Recorrente destaca que a empresa *Santa Fé Serviços Eireli*, vencedora do Lote 4 do certame, *“cotou preço baixíssimo para a sua mão de obra utilizando o piso salarial de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) celebrada entre o Sindicato dos Trabalhadores Ativos e Aposentados em Empresas de Assessoramento, Pesquisa, Perícias, Informações, Agentes Autônomos (SINTAPPI/MH) e o Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços em Recursos Humanos e Trabalho Temporário no Estado de Minas Gerais (SINSERTH/MG)”* (doc. n. 35898-2019-229).

Ressalta que a Recorrida apresentou documento informando que seu CNAE é “78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros” e que, segundo o seu Contrato Social, seu objeto é o *“fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e controle de pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e lavagem e higienização de reservatórios de água e esgoto, portaria, recepção, vigia, contínuo copeiras, motorista, ascensorista, manobrista, apoio administrativo, serviços de apoio e secretaria, atendente, trabalhador braçal e auxiliar administrativo, limpeza e desinfecção hospitalar, jardinagem e manutenção predial”* (doc. n. 35898-2019-229).

Entende, no entanto, que *“a licitante vencedora, na composição de seu preço, utilizou de piso salarial de categoria que não corresponde à sua atividade principal, não corresponde a seu objeto social e não corresponde ao objeto da licitação em tela”* e assevera que a motivação para tanto é *“escusa”* e que *“a licitante visa fraudar a licitação violando direitos trabalhistas”* (doc. n. 35898-2019-229).

Cita precedente do Tribunal de Contas da União entendendo que, na elaboração de sua planilha de formação de preços, o licitante pode utilizar norma coletiva diversa daquela adotada pelo órgão ou entidade como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, vez que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

econômica preponderante (CNAE preponderante) e, não, pela atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (art. 581, §2º, CLT; art. 8º, II, CR/88).

Frisa, no entanto, que, no caso em tela, *“o que se tem é a utilização de CCT de categoria totalmente alheia ao CNAE principal e ao próprio objeto social da licitante vencedora, além de também categoria totalmente estranha ao objeto do contrato administrativo a ser celebrado ao final do certame”* (doc. n. 35898-2019-229).

Afirma que a Licitante vencedora está violando *“o direito dos futuros terceirizados para conseguir obter um menor valor de seu preço, vencendo ilicitamente a concorrência”* e que essa prática é conhecida como *dumping social*, sendo esse *“caracterizado pela adoção de práticas que objetivam a redução dos custos de produção e que implicam no descumprimento reiterado de direitos sociais do trabalhador”* (doc. n. 35898-2019-229).

Menciona que os trabalhadores que prestam serviços em prol deste Tribunal e que são representados por ela (Recorrente) integram a *“categoria profissional dos trabalhadores em asseio, conservação, higienização, desinsetização, portaria e vigia”* e que *“garantias relevantes conquistadas pelos trabalhadores do setor, tais como os pisos salariais diferenciados por função, adicionais por acúmulo de funções, auxílio alimentação, dentre outros estão ameaçados em razão da possibilidade de aplicação de convenções e acordos coletivos diversos daqueles inerentes à categoria profissional abrangida pelo contrato”* (doc. n. 35898-2019-229).

Aduz que a empresa *Santa Fé Serviços Eireli* foi filiada ao SEAC/MG (Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais) de 26/05/2003 até 22/07/2020, quando solicitou sua desfiliação; que o Edital deste certame foi publicado inicialmente em outubro de 2019 e *“numa tentativa pífia de tentar fazer valer utilização da CCT SINTAPPI/MG x SINSERTHT/MG a licitante Recorrida alterou seu contrato social em maio de 2020, para inserir ‘recursos humanos’ em suas atividades econômicas, como se essa simples alteração documental tivesse o condão de alterar a realidade de sua atividade econômica”*; e que o Edital deixava claro que as propostas deveriam ser apresentadas com base nos custos do exercício financeiro de 2019, notadamente quanto aos instrumentos coletivos de trabalho, mas que a Recorrida *“se valeu do subterfúgio de alterar sua filiação sindical durante o curso do procedimento”*, violando o subitem 5.1.4 do Edital¹.

Argumenta, além disso, que a proposta da Recorrida, ao apresentar valor que considera o piso salarial de trabalhadores temporários, não atende ao objeto licitado (prestação de serviços continuados de limpeza,

¹ 5.1.4. As propostas dos licitantes deverão ser apresentadas tendo por base os custos referentes ao exercício financeiro de 2019, notadamente quanto aos instrumentos coletivos de trabalho.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

conservação, copeiragem e apoio operacional), devendo, por isso, ser desclassificada, nos termos do subitem 5.3 do Edital².

Assevera que *“a Administração não deseja contratar, por esse certame, assessores, pesquisadores, peritos, autônomos, prestadores de serviços de recursos humanos e trabalhadores temporários”* e que a Recorrida, por sua vez, também não é sociedade empresária desse ramo, não podendo, por isso, utilizar as CCTs dessa categoria para o preenchimento da planilha de preços, pois afronta o disposto no subitem 6.9.1³ do Instrumento Convocatório (doc. n. 35898-2019-229).

Por fim, insiste na desclassificação da proposta da Recorrida também com base no disposto nos subitens 9.4.1 e 9.4.2 do Edital⁴, pontuando que ela se valeu de *“artimanha singela que não pode passar in albis”*, não podendo a Administração, sobretudo em se tratando de uma Corte Trabalhista, permitir que uma licitante viole ao mesmo tempo a CLT e todo o regramento jurídico das licitações (doc. n. 35898-2019-229).

Pois bem.

Sobre a matéria, pronunciou-se a Unidade Técnica na CI/SEAA/237/2020, aduzindo em síntese o seguinte (doc. n. 35898-2019-233):

Considerando se tratar de matéria já analisada no âmbito deste Regional, como se pode observar a partir da leitura dos expedientes cadastrados no ePAD 18144/2020, e tendo em vista que o viés eminentemente jurídico ultrapassa a competência de análise desta Secretaria gestora, em contraposição às alegações trazidas pela recorrente, reportamo-nos, s.m.j., ao parecer exarado pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos (doc. ePAD 18144-2020-28), conforme trechos a seguir destacados: [...]

Nota-se, portanto, a partir da argumentação construída pela AJLC, que todas as razões ora apresentadas pela recorrente não se sustentam juridicamente. Ademais, considerando não haver

2 5.3.Serão desclassificadas as propostas que contenham cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento.

3 6.9.Para preenchimento da planilha de preços, as empresas interessadas deverão:

6.9.1.Observar rigorosamente para fins de composição dos insumos, as obrigações constantes nas Convenções Coletivas de Trabalho da categoria, bem como a legislação aplicável no que concerne à composição dos valores de vale-transporte e demais benefícios, indicando quais são os sindicatos ou quais acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas regem as categorias profissionais que executarão os serviços, bem como as respectivas datas-bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações (CBO).

4 9.4.Serão **desclassificadas** as propostas:

9.4.1.Que não estiverem de acordo com as condições previstas neste edital;

9.4.2.Que contenham cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

inovação nas alegações trazidas, entendemos, s.m.j., que o referido pleito não deve prosperar.

A Pregoeira, por sua vez, conheceu do Recurso, mas, no mérito, negou-lhe provimento, sob os seguintes fundamentos (doc. n. 35898-2019-235):

A fim de comprovar sua habilitação jurídica, a vencedora *Santa Fé Serviços Eireli* apresentou sua 12ª Alteração Contratual, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG em 15/05/2020, onde fica demonstrada a alteração do seu objeto social para ***“fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e controle de pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e lavagem e higienização de reservatórios de água e esgoto, portaria, recepção, vigia, continuo, copeiras, motorista, ascensorista, manobrista, apoio administrativo, serviços de apoio a secretaria, atendente, trabalhador braçal e auxiliar administrativo, limpeza e desinfecção hospitalar, jardinagem e manutenção predial”*** - grifamos.

Consta no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa - CNPJ que sua atividade econômica principal é **Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, CNAE 78.30-2-00**, compatível com o que consta da última alteração de seu ato constitutivo. Na GFIP enviada pela licitante com a finalidade de confirmar o percentual da FAP, também fica demonstrado que a atividade preponderante da empresa é a acima descrita (CNAE 7830200).

O parágrafo único da Cláusula Trigésima da CCT SINSEHT/SINTAPPI, utilizada pela empresa vencedora na formação de seus preços, dispõe que *“Esta convenção coletiva de trabalho se aplica as empresas de prestação de serviços terceirizados de acordo com a Lei 13.467/17, bem como aos trabalhadores por ela contratados para prestar serviços a terceiros”*.

O mesmo instrumento coletivo menciona, na Cláusula Vigésima Sexta, que, *“nos termos da legislação sindical, o SINSEHT-MG é o órgão de representação da categoria econômica das empresas de prestação de serviços em recursos humanos, trabalho temporário e terceirizado, ou seja, todas as empresas que executam em todo o estado de Minas Gerais, que se enquadram nos Grupos e Subgrupos dos CNAE’s, 781 / 782 e 783”* - grifamos.

Portanto, não procede a alegação da Recorrente, de que *“no caso em tela o que se tem é a utilização de CCT de categoria totalmente alheia ao CNAE principal e ao próprio objeto social da licitante vencedora”*.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Frise-se que, a alteração contratual da empresa *Santa Fé Serviços Eireli*, que modificou seu objeto social e sua atividade econômica preponderante, se deu antes da data de abertura da licitação, ocorrida em 09/06/2020, e antes da apresentação da proposta pela licitante.

Assim, não há que se falar em burla às normas constantes do edital de licitação, ainda que se tenha usado como base para a formulação da proposta, conforme estabelecido pelo item 5.1.4, instrumento coletivo de trabalho referente ao exercício financeiro de 2019. Isto porque, a alteração do enquadramento sindical da empresa a autoriza a se utilizar da CCT SINSERHT, combatida pela Recorrente, independentemente do exercício financeiro em que o acordo coletivo tenha sido firmado.

Já quanto ao argumento de que a proposta ofertada pela vencedora se utilizou de CCT de *“categoria totalmente estranha ao objeto do contrato administrativo a ser celebrado ao final do certame”*, necessário se faz ressaltar que, em regra, o enquadramento sindical deve se pautar pela atividade preponderante da empresa, conforme arts. 570 e 581, §2º da CLT, e não em função das atividades desenvolvidas pelos empregados, como quer a Recorrente.

Dito isso, a Pregoeira citou trechos do Acórdão n. 1.097/2019 - Plenário do C. Tribunal de Contas da União (TCU) e ressaltou que *“a Administração deste Regional já se manifestou sobre o assunto em tela, no âmbito do e-PAD 18.144/2020, que cuida da Notificação Extrajudicial apresentada pelo SEAC/MG”* (doc. n. 35898-2019-235), transcrevendo, inclusive, trechos do parecer exarado por esta Assessoria naquela ocasião.

Asseverou que *“não resta dúvida de que o instrumento coletivo combatido pela Recorrente, aplica-se tanto à empresa declarada vencedora, cuja atividade preponderante é o fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, quanto aos trabalhadores por ela contratados para prestar estes serviços”* (doc. n. 35898-2019-235).

Observou que a Recorrente, na petição que se seguiu ao Recurso, sugeriu que fosse realizada diligência perante a Recorrida, exigindo-se *“a apresentação de seu CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, a fim de confirmar que se trata de empresa que terceiriza funcionários exclusivamente para asseio e conservação”*, bem assim que fosse apurado *“se a Recorrida alguma vez já contribuiu para o sindicato ao qual agora se filia”* (doc. n. 35898-2019-235). Concluiu, no entanto, que eram desnecessárias as diligências sugeridas.

Frisou que a Cláusula Segunda da CCT do SINSERHT/SINTAPPI, que trata de sua abrangência, prevê que *“A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Empregados em empresas de assessorias, perícias, informações, pesquisas das Empresas de*



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Prestação de Serviços em Recursos Humanos e Trabalho Temporário”, mas que há, no documento, outras cláusulas, como as já mencionadas na decisão, que nos levam a concluir que a CCT SINSETH/SINTAPPI se aplica também a empresas de prestação de serviços de fornecimento de mão de obra terceirizada em geral, ou seja, **“todas as empresas que executam em todo o Estado de Minas Gerais, que se enquadram nos Grupos e Subgrupos dos CNAE’s 781/782 e 783”** – Cláusula Vigésima Sexta (doc. n. 35898-2019-235).

Entendeu que é esse o caso da Recorrida, *Santa Fé Serviços Eireli*, enquadrada no CNAE 78.30-2-00, conforme demonstrado por meio de seu CNPJ, sendo que tal classificação diz respeito à atividade econômica de **“fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros”**, em outras palavras, **fornecimento de recursos humanos (mão de obra) para terceiros e gestão de recursos humanos para terceiros**, independentemente das atividades prestadas pelos trabalhadores contratados, seja no ramo de asseio e conservação, ou qualquer outro ramo de atividade, e não somente no setor de *“prestação de serviços em recursos humanos”*, como quer a Recorrente (doc. n. 35898-2019-235).

Destacou que, no *site* do SINTAPPI, estão descritos quais são os trabalhadores representados pela Entidade, incluindo aqueles que exercem as seguintes atividades: **“Recursos Humanos, seleção, agenciamento e locação de mão-deobra, trabalho temporário, prestação de serviços a terceiros”** (doc. n. 35898-2019-235). Entendeu que esse item *“não especifica qual ramo de prestação de serviços a terceiros, ou seja, se é limpeza, conservação, ou pesquisa e recursos humanos, p. ex.”*, de modo que *“pode-se dizer que a representação pelo SINTAPPI abrange qualquer trabalhador que preste serviços a terceiros, independente da área de atuação”* (doc. n. 35898-2019-235).

Pontuou, doutro tanto, que a página inicial do *site* do SINSEHT exibe mensagem informando que: **“O SINSEHT - MG é a Entidade Sindical que representa as Empresas de Serviços Terceirizáveis e Trabalho TEMPORÁRIO de Minas Gerais. Nossas Associadas e Filiadas geram empregos, capacitam pessoas e oferecem serviços com Qualidade, Ética e Inovação para Organizações em todo o Estado”** (doc. n. 35898-2019-235).

Consignou, diante disso, estar *“patente que a empresa Santa Fé Serviços Eireli, cuja atividade principal é o fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, ou seja, prestação de “serviços terceirizáveis”, tem como entidade representante o SINSEHT/MG, independente das atividades que serão exercidas pelos trabalhadores (limpeza e conservação ou prestação de serviços em recursos humanos, p. ex.), pois, conforme já exposto, em regra, o enquadramento sindical deve se pautar pela atividade preponderante da empresa, e não em função das atividades desenvolvidas pelos empregados”* (doc. n. 35898-2019-235).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Por fim, decidiu, em relação às contribuições porventura efetuadas ao SINERHT pela Recorrida, que *“faz sentido que a empresa somente tenha passado a fazer tais contribuições recentemente, haja vista que, até o mês de maio do corrente, Santa Fé Serviços Eireli tinha atividade preponderante diversa da atual e, portanto, era vinculada a outro sindicato”* e que *“a jurisprudência deste Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região é no sentido de que a aplicação de Convenção Coletiva não exige filiação a sindicato”* (doc. n. 35898-2019-235).

Examino.

De início, é preciso mencionar que o *Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais (SEAC/MG)* notificou extrajudicialmente este Regional em 20/07/2020, alegando a indispensabilidade de se observar, nas contratações de serviços continuados (sobretudo no âmbito do Pregão Eletrônico n. 23/2019), a Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o SEAC/MG e as entidades sindicais laborais, bem assim afirmando que (doc. n. 18144-2020-1 e 2):

[...] algumas empresas, certamente com o indisfarçável intuito de obterem vantagem indevida em procedimentos licitatórios, têm se utilizado de instrumentos coletivos firmados entre os Sindicatos das Empresas de Prestação de Serviços em Recursos Humanos e Trabalho Temporário no Estado de Minas Gerais – SINERHT-MG e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias, Informações e Congêneres de Minas Gerais – SINTAPPI-MG, não obstante serem estes inaplicáveis, salvo em se tratando de contratação de mão de obra temporária, o que não é o presente caso.

A matéria foi submetida à análise deste Órgão Jurídico, o qual, naquela ocasião, emitiu parecer (doc. n. 18144-2020-28) consignando que não devia a Administração Pública indicar, no instrumento convocatório, a Convenção Coletiva de Trabalho a ser utilizada pelas licitantes em suas propostas de preços e que constituiria parâmetro para a execução contratual e repactuações.

Frisou-se, portanto, que caberia à licitante, quando da apresentação da proposta, indicar a Convenção Coletiva de Trabalho relativa ao seu vínculo sindical, uma vez que o enquadramento sindical toma por base a atividade econômica do empregador, bem como a localização territorial da prestação dos serviços.

Fundamentou-se o entendimento no Acórdão n. 1.097/2019 do C. TCU (Plenário), segundo o qual a CCT apresentada pela licitante não precisa necessariamente estar em consonância com o objeto da licitação e nem com a categoria de trabalhadores envolvida na prestação dos serviços, mas, sim, com a atividade preponderante da empresa.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Concluiu-se que seria, de fato, indevido a este Regional delimitar, em seus procedimentos licitatórios, que somente seriam tidas por válidas propostas que tomassem por base salários e benefícios previstos em instrumentos coletivos de trabalho celebrados entre SEAC/MG e o Sindicato laboral da categoria.

Como se vê, o exame tecido naquele parecer jurídico foi específico para aquele momento e, por certo, não poderia ter contemplado análise para a nova situação que se apresenta.

Com efeito, a questão que agora emerge é a necessidade de averiguar se a empresa *Santa Fé Serviços Eireli*, declarada vencedora do Lote 4 do certame, fazendo uso da possibilidade de elaborar sua planilha seguindo o documento laboral do sindicato ao qual está vinculada (de acordo com o seu enquadramento sindical, que podia não ser o mesmo utilizado pela Administração), poderia ou não ter se pautado pela Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2020 celebrada entre o *Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias, Informações e Congêneres de Minas Gerais (SINTAPPI-MG)* e o *Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços em Recursos Humanos e Trabalho Temporário no Estado de Minas Gerais (SINSERHT-MG)* (doc. n. 35898-2019-168).

Nesse sentido, veja-se o que constou do referido parecer jurídico (doc. n. 18144-2020-28):

A Pregoeira poderá valer-se, desse modo, de diligências que reputar adequadas de modo a verificar se a CCT apresentada pela Empresa arrematante é a adequada em face da sua atividade preponderante, utilizando-se para tanto, em sendo o caso, de colheita de declarações do Sindicato, CNPJ da Empresa, e de exame acurado da matéria.

Diante disso, o Edital regente deste certame não vinculou o uso de norma coletiva específica, sendo agora cabível a verificação da aplicabilidade da CCT apresentada pela Licitante.

Uma vez delimitada a matéria que será objeto da presente análise, imperioso frisar o que dispõe a CLT sobre enquadramento sindical:

Art. 511. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

§ 1º A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica.

§ 2º A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional.

[...]

Art. 581. [...]

§1º Quando a empresa realizar diversas atividades econômicas, sem que nenhuma delas seja preponderante, cada uma dessas atividades será incorporada à respectiva categoria econômica, sendo a contribuição sindical devida à entidade sindical representativa da mesma categoria, procedendo-se, em relação às correspondentes sucursais, agências ou filiais, na forma do presente artigo.

§2º Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente em regime de conexão funcional.

No mencionado Acórdão n. 1.097/2019, o C. TCU bem explicitou que:

23. Embora a matéria possa ser objeto de alguma controvérsia ou até mesmo de certa confusão por parte de compradores públicos, o enquadramento sindical no Brasil é matéria de ordem pública e decorre de previsão legal, sendo definido, via de regra, pela atividade econômica preponderante do empregador e não em função da atividade desenvolvida pelo empregado, nos termos dos normativos acima citados e do § 2º do art. 511 da CLT [...].

24. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho vai na linha de que o enquadramento sindical do trabalhador é definido pela atividade econômica preponderante do empregador. Veja-se, para ilustrar, a ementa a seguir do julgado no AIRR - 11390-49.2016.5.15.0038, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 3/4/2019, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 05/04/2019 (destaquei):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST - ENQUADRAMENTO SINDICAL - ATIVIDADE PREPONDERANTE DA EMPRESA. Nos termos do art. 511, § 1º, da CLT, o enquadramento sindical do empregado, no Direito do Trabalho brasileiro, é realizado em função da atividade econômica preponderante do empregador, tendo em vista a base territorial da prestação dos serviços. No caso, o Tribunal de origem verificou que a reclamada não é entidade



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

beneficente ou filantrópica, sendo inaplicáveis as normas coletivas indicadas pela autora. Agravo de instrumento desprovido.

[...]

27. Assim, como já dito acima, o enquadramento sindical de uma empresa, mesmo para aquelas que prestam serviços diversos mediante cessão da mão de obra, é definido por sua atividade econômica preponderante e não para cada uma das categorias profissionais empregadas na prestação de serviços”. (grifamos)

Isto posto, cumpre então perquirir qual é a atividade econômica preponderante da empresa *Santa Fé Serviços Eireli*, a fim de constatar se sua proposta poderia, de fato, ter se pautado pelo instrumento coletivo firmado pelo *SINSERHT-MG*.

Para tanto, cumpre registrar que a Recorrida mantém com este Regional os seguintes ajustes:

- Contrato n. 14SR021: firmado em 14/11/2014, objetivando a *“prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e copeiragem, com fornecimento de materiais, nas dependências de prédios que abrigam órgãos do CONTRATANTE em Belo Horizonte e nas regiões do Jequitinhonha, do Vale do Rio Doce e do Campo das Vertentes, no interior do Estado de Minas Gerais, de acordo com especificações, atribuições, quantitativos, locais, jornadas de trabalho e horários de trabalho indicados neste contrato e no Termo de Referência, relativo ao Pregão Eletrônico 45/2013”* (Cláusula Primeira). Por meio do 24º Termo Aditivo, foi pactuada a prorrogação excepcional da vigência contratual (art. 57, §4º, Lei n. 8.666/1993) até 13/11/2020 ou até o dia imediatamente anterior ao início da prestação de serviços pela empresa contratada em decorrência deste Pregão Eletrônico n. 23/2019, a depender do que ocorrer primeiro; e

- Contrato n. 15SR017: firmado em 01/07/2015, objetivando a *“prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e copeiragem, com fornecimento de materiais nas dependências de prédios que abrigam órgãos do CONTRATANTE nas regiões do Sul de Minas e da Zona da Mata, no interior do Estado de Minas Gerais, de acordo com especificações, atribuições, quantitativos, locais, jornadas de trabalho e horários de trabalho indicados neste contrato e no Termo de Referência, relativo ao Pregão Eletrônico 45/2013”* (Cláusula Primeira). Por meio do 18º Termo Aditivo, foi pactuada a prorrogação excepcional da vigência contratual (art. 57, §4º, Lei n. 8.666/1993) até 13/11/2020 ou até o dia imediatamente anterior ao início da prestação de serviços pela empresa contratada em decorrência deste Pregão Eletrônico n. 23/2019, a depender do que ocorrer primeiro.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

E, conforme documento apresentado pela Empresa, por ocasião da celebração do 24º Termo Aditivo ao Contrato n. 14SR021 (em 28/10/2019), verifica-se que seu objeto social era o seguinte (doc. n. 30885-2019-25):

11ª (Décima Primeira) ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
-“SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI”

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO: Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e controle de pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e lavagem e higienização de reservatórios de água e esgoto, portaria, recepção, vigia, continuo, copeiras, motorista, ascensorista, manobrista, apoio administrativo, serviços de apoio a secretaria, atendente, trabalhador braçal, auxiliar administrativo, limpeza e desinfecção hospitalar, jardinagem, manutenção predial.

Constata-se, também, que, recentemente, em 15/04/2020, a *Santa Fé* firmou com este Regional o 26º Termo Aditivo ao Contrato n. 14SR021, para fins de repactuação dos valores contratados, relativamente às localidades de Aimorés, Araçuaí, Belo Horizonte, Betim, Caratinga, Cel. Fabriciano, Contagem, Guanhães, Manhuaçu, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, São João Del Rei e Santa Luzia. E, na ocasião, fundamentou sua solicitação com base nos seguintes instrumentos coletivos:

(1º) CCT - MG000216/2020, firmada entre: Federação Emp. Turismo e Hospitalidade do Estado de Minas Gerais e Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais (doc. n. 4846-2020-4);

(2º) CCT - MG000221/2020, firmada entre: Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios, em Empresas de Prestação de Serviço em Asseio, Conservação, Hig., Desins., Portaria, Vigia e Cabineiros de Belo Horizonte e Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais (doc. n. 4846-2020-5);

(3º) CCT - MG000224/2020, firmada entre: Federação Emp. Turismo e Hospitalidade do Estado de Minas Gerais e Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais (doc. n. 4846-2020-6);

(4º) CCT - MG000258/2020, firmada entre: Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação e Limpeza Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais (doc. n. 4846-2020-7);

(5º) CCT - MG000384/2020, firmada entre: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação de Juiz de Fora MG e Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais (doc. n. 4846-2020-8).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Como se vê, todos os instrumentos apresentados foram firmados com o **SEAC/MG**. Além disso, por ocasião dessa recente repactuação, a Empresa anexou documento relativo ao Fator Acidentário de Prevenção - FAP, onde consta: “Atividade econômica do estabelecimento (Subclasse da CNAE⁵ - 2.0): LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS (81.21-4/00)”.

Pois bem.

Paralelamente a isso, este Regional publicou o Edital do Pregão Eletrônico n. 23/2019, inicialmente, em 25/10/2019 (doc. n. 35898-2019-4), embora a sessão tenha sido suspensa *sine die* (doc. n. 35898-2019-20).

Adiante, houve novo adiamento da sessão pública do Pregão (doc. n. 35898-2019-115) em razão da impugnação apresentada pela *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* (doc. n. 35898-2019-110/114).

E, somente em 08/05/2020 foi publicado novo Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, designando o dia 09/06/2020 para a abertura das propostas do Pregão Eletrônico n. 23/2019 (doc. n. 35898-2019-130).

É válido observar que a empresa *Santa Fé Serviços Eireli*, justamente em 08/05/2010 (data em que foi publicado o Aviso de Licitação no Diário Oficial da União), registrou na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais a alteração de sua atividade econômica, correspondente à “**12ª Alteração de Contrato Social**”, passando então a ostentar o seguinte objeto (doc. n. 35898-2019-169, p. 4):

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO: Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e controle de pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e lavagem e higienização de reservatórios de água e esgoto, portaria, recepção, vigia, continuo, copeiras, motorista, ascensorista, manobrista, apoio administrativo, serviços de apoio a secretaria, atendente, trabalhador braçal e auxiliar administrativo, limpeza e desinfecção hospitalar, jardinagem e manutenção predial.

A *Santa Fé Serviços Eireli* também apresentou, no presente certame, a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), indicando que sua atividade econômica principal agora é “Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros - CNAE 78.30-2-00”, compatível assim com o que consta dessa última alteração de seu ato constitutivo. Além disso, a Empresa encaminhou GFIP com a finalidade de confirmar o percentual da FAP, onde consta que sua atividade preponderante é a mencionada: CNAE 7830200 (doc. n. 35898-2019-168).

⁵ CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Sabe-se que a atividade preponderante é caracterizada pelo produto ou objetivo final, para cuja obtenção são realizadas todas as outras atividades e não necessariamente pelo objetivo formalmente indicado à Junta Comercial ou no cadastro da Receita Federal, por exemplo.

Em outras palavras, não importa, para fins de enquadramento sindical, o CNAE principal cadastrado perante a Receita Federal ou outro órgão público, sendo a realidade fática o que conta para fins de enquadramento sindical, isto é, a realidade deve sobrepor-se à formalidade cadastral sobretudo porque o enquadramento sindical é de responsabilidade da própria empresa.

Nesse sentido, assim constou do parecer jurídico lançado no processo e-PAD n. 18.144/2020 (doc. n. 18144-2020-28, p. 26):

Nada obstante, a utilização das Convenções Coletivas vinculadas ao SINSERTH/MG – SINTAPPI/MG deverá ser analisada, inicialmente, pela Sra. Pregoeira, na linha da resposta à impugnação citada no caso: Além disso, não há falar que o enquadramento sindical será aferido apenas a partir da apresentação de documento que comprove o código CNAE da atividade econômica principal da empresa. Esclarece-se que esse documento servirá mesmo para subsidiar a análise quando da apresentação da proposta pelo licitante e poderá carecer de outras verificações que porventura se fizerem necessárias” (doc. n. 18144-2020-9).

De acordo com o conceito definido na Instrução Normativa RFB n. 1.453/2014⁶, considera-se preponderante a atividade econômica que ocupa, no estabelecimento, o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos, observado que na ocorrência de mesmo número de segurados empregados e trabalhadores avulsos em atividades econômicas distintas, será considerada como preponderante aquela que corresponder ao maior grau de risco. Portanto, o que vale para definir a atividade preponderante é o número de empregados numa determinada atividade.

Além disso, é válido observar que foi publicada a Solução de Consulta RFB n. 4.032/2019⁷, a qual informa que a atividade econômica principal da empresa não se confunde com a atividade preponderante do estabelecimento (matriz ou filial). A atividade econômica principal é aquela que define o código CNAE principal a ser informado no momento do cadastro do CNPJ. Já a atividade preponderante é aquela utilizada para se determinar o grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (GILRAT/SAT). A Solução ressalta que se deve

6 Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=50210>. Acesso em 10 set. 2020.

7 Disponível em: <https://conexaotrabalho.portaldaindustria.com.br/noticias/detalhe/trabalhista/-geral/solucao-de-consulta-rfb-atividade-principal-da-empresa-nao-se-confunde-com-atividade-preponderante-de-estabelecimento/>. Acesso em 10 set. 2020.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

observar efetivamente quais as atividades desempenhadas pelos segurados empregados e trabalhadores avulsos, independentemente do objeto social da pessoa jurídica ou das atividades descritas em sua inscrição no CNPJ (art. 72, § 1º, da IN RFB n. 971, de 2009). Enfatiza, também, que é de responsabilidade da empresa realizar mensalmente o enquadramento do estabelecimento no correspondente grau de risco, conforme a sua atividade econômica preponderante. E as atividades-meio, que são desempenhadas por segurados que prestam serviços, deverão ser também consideradas na apuração do grau de risco. A referida solução está vinculada à Solução de Consulta COSIT n. 90, de 14 de junho de 2016.

Para complementar, tem-se ainda a definição legal constante do art. 581, §2º da CLT, acima transcrito: “§ 2º *Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente em regime de conexão funcional*”.

Por oportuno, veja-se julgado do C. Tribunal Superior do Trabalho destacando a aplicação do princípio da primazia da realidade:

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - NÃO OCORRÊNCIA. [...] ENQUADRAMENTO SINDICAL - ATIVIDADE PREPONDERANTE - FINANCIÁRIO - FRAUDE TRABALHISTA - REVOLVIMENTO DOS FATOS E PROVAS. 1. Configura fraude trabalhista a contratação de mão de obra por empresa meramente interposta para o desenvolvimento das atividades-fim do tomador. Nesse exato sentido é a Súmula nº 331, I, do TST. 2. Os atos praticados com o objetivo de impedir a aplicação da legislação trabalhista são considerados nulos de pleno direito. No Direito do Trabalho vigora o princípio da primazia da realidade. 3. O Tribunal Regional, com base nos fatos e provas da causa, constatou que houve fraude trabalhista; que a autora desempenhou atividades típicas financeiras, sendo esta a atividade preponderante do tomador dos serviços, devendo ser reconhecido o enquadramento da autora como financeira. 4. É inadmissível recurso de revista em que, para se chegar à conclusão pretendida pelas recorrentes, seja imprescindível o reexame do arcabouço fático-probatório. Incide a Súmula n. 126 do TST. Agravo desprovido (TST - Ag-AIRR: 2147005520085170151, Relator: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 23/05/2018, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 25/05/2018).

Diante de todo o exposto e *data venia* do entendimento explicitado pela i. Pregoeira (doc. 35898-2019-235), parece-nos que não emergem dos autos provas capazes de comprovar que a atividade preponderante da empresa *Santa Fé Serviços Eireli* seja, agora, o “Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros” e não mais “Limpeza em prédios e em domicílios” (doc. n. 4846-2020-10).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

É certo que a Recorrida poderia ter se desincumbido de tal ônus apresentando, entre outras eventuais provas possíveis, a mencionada pela própria Recorrente em sua petição (CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), mas assim não o fez.

Nesse sentido, veja-se:

EMENTA: AÇÃO DECLARATÓRIA. REPRESENTAÇÃO SINDICAL. AUSÊNCIA DE PROVA DE ATIVIDADE PREPONDERANTE. Não existindo provas, nos autos, de que a empresa atua, preponderantemente, como administradora de cartão de crédito, não há como ser considerada a representatividade daqueles, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Periciais, Pesquisas e Informações no Estado de Pernambuco – SINTAPPI/PE. Ademais, mesmo que existissem elementos a embasar a tese da recorrente, sua condição seria de instituição financeira, de acordo com o artigo 17, da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e, portanto, os seus empregados bancários. De outro norte, nas hipóteses de terceirizações lícitas, *“somente pode ser organização sindical efetivamente representativa da categoria profissional do trabalhador terceirizado aquela entidade sindical que represente, também hegemonicamente, os trabalhadores da empresa tomadora de serviços do obreiro! Toda a formação profissional, seus interesses profissionais, materiais e culturais, toda a vinculação laborativa essencial do trabalhador terceirizado, tudo se encontra direcionado à empresa tomadora de serviços, e não à mera intermediária de mão-de-obra. A real categoria profissional desse obreiro é aquela em que ele efetivamente se integra em seu cotidiano de labor”* (Maurício Godinho Delgado) (Proc. N. TRT–01470–2008– 022–06–00–0 RO, 2ª Turma – TRT 6ª Região).

Além de não ter sido comprovada a atividade preponderante, os elementos dos autos evidenciam que a Empresa promoveu alteração social depois de já publicado, pela primeira vez, o Edital. E, ainda que assim não fosse, contratada que é deste Regional, inclusive em prorrogação excepcional, tinha ciência de que nova licitação seria realizada. Mas essa é outra questão que, no momento, não merecerá detida análise.

Oportuno mencionar que, nas contrarrazões e na manifestação apresentadas pela Recorrida, não se vislumbra argumento que possa, por ora, afastar as conclusões firmadas neste parecer.

Aliás, a própria *Santa Fé Serviços Eireli* traz, em suas contrarrazões, julgado em que se reconheceu ausência de provas quanto à atividade preponderante da empresa:

O sindicato-autor representa a categoria econômica das empresas de asseio, conservação e outros serviços terceirizados do Estado de



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Minas Gerais, conforme consta no seu estatuto social (ID. 3c82ebe) e no CNES (ID. 947ª2ae). Já o SINSERTH, representa as empresas de prestação de serviços em recursos humanos e trabalho temporário (ID. 44ea15b). A meu ver, não há suficiente embasamento no feito para concluir, de forma objetiva e estreme de dúvidas, que o objeto preponderante ou principal da 1ª ré, na forma do seu contrato social, contempla atividade de asseio ou conservação. Acórdão 0010927-2017.5.03.0139 (ROT).

De todo modo, é bem de ver que eventual irregularidade quanto ao enquadramento sindical da empresa *Santa Fé Serviços Eireli* afetarão diversos trabalhadores terceirizados, que buscarão a Justiça do Trabalho com o objetivo de garantir seus devidos direitos. E a decisão do Judiciário, de conseguinte, resvalaria no contrato firmado por este Tribunal, que poderia ser responsabilizado subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, conforme expresso na Súmula n. 331, IV e V do C. Tribunal Superior do Trabalho:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE

(nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação)

- Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

Neste ponto, relevante observar que os dois Acórdãos mencionados pela i. Pregoeira não socorrem a Recorrida, porquanto não se está a propor o afastamento da imperatividade de instrumentos coletivos (Acórdão TRT-00157-2010-012-03-00-9-RO), tampouco a sujeitar o enquadramento sindical à vontade das partes (Acórdão TRT-00320-2013-137-03-00-0-RO), mas de reconhecer que a “atividade preponderante” é matéria fática, que depende de prova nos autos por todos os meios possíveis.

Doutro tanto, na esteira do que fora apontado pela i. Pregoeira, observa-se que a CCT apresentada pela Recorrida, no Parágrafo Único da Cláusula Trigésima, versa o seguinte (doc. n. 35898-2019-168):

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ABRANGENCIA DA CONVENÇÃO

Fica garantida a representação profissional do SINTAPPI/MG, excluídos os profissionais liberais que optarem pelos seus respectivos Sindicatos.

Para os trabalhadores temporários contratados nos termos da Lei nº 6.019/74 e 13.429/17, para prestarem serviço sem empresas tomadoras ou clientes serão cumpridos os instrumentos normativos próprios das referidas empresas tomadoras.

Parágrafo Único: Esta convenção coletiva de trabalho se aplica às empresas de prestação de serviços terceirizados de acordo com a Lei 13.467/17 bem como aos trabalhadores por ela contratados para prestar serviços a terceiros.

Ao buscar as Leis n. 6.019/1974 e n. 13.429/2017, verifica-se que estas dispõem sobre “o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros”. Inclusive, no art. 10º, § 1º da Lei n. 6.019/1974, temos o seguinte:

Art. 10. Qualquer que seja o ramo da empresa tomadora de serviços, não existe vínculo de emprego entre ela e os trabalhadores contratados pelas empresas de trabalho temporário.

§ 1º O contrato de trabalho temporário, com relação ao mesmo empregador, não poderá exceder ao prazo de cento e oitenta dias, consecutivos ou não.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Registre-se, então, que a redação do Parágrafo Único da Cláusula Trigésima em nada altera o que fora exposto até agora, porquanto é nítido que os “trabalhadores terceirizados” em questão são os temporários e que “serviços a terceiros” também diz respeito a serviços temporários, conforme explicitado no próprio *caput*.

Com isso, quer-se frisar que há duas maneiras de se contratar: diretamente ou de forma terceirizada. É possível contratar alguém, diretamente, para atividade de recursos humanos ou de conservação, por exemplo; assim como é possível contratar terceirizados para exercer ambas as atividades também (recursos humanos e conservação). Logo, o serviço de mão de obra sob a forma terceirizada pode ser prestado de várias maneiras (recursos humanos, conservação e limpeza, vigilantes etc.). A questão é: se uma empresa se especializa no fornecimento de mão de obra terceirizada de “conservação” e existe um sindicato dos trabalhadores “em conservação”, é essa Convenção de “conservação” que será aplicada.

Então, quando a CCT (acima transcrita) diz que o serviço é terceirizado, é porque a empresa não está contratando diretamente, isto é, não está contratando alguém para prestar serviços para ela, mas para prestar serviços a terceiros. E, desse modo, é óbvio que a Convenção se aplica a terceirizados na forma da Lei da Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017).

Em suas contrarrazões, a Recorrida afirma que, levando “*em consideração que a atividade preponderante da empresa Santa Fé é fornecimento de recursos humanos para terceiros, tem-se que é devida sua filiação ao SINSERTH*” (doc. n. 35898-2019-230, p. 8). Esclareça-se, no entanto, que “fornecimento de recursos humanos para terceiros” é objeto de qualquer terceirização (fornecer mão de obra para terceiros, seja de trabalho temporário ou de conservação, por ex), ao passo que fornecer “prestação de serviços em recursos humanos” especifica o tipo de mão de obra terceirizada.

Em sua petição, a Recorrente inclusive destacou, quanto ao ponto: “*a Recorrida quer que Vossa Senhoria confunda prestação de serviços em recursos humanos, que é categoria representada pelo SINSERTH, com o fornecimento de recursos humanos, ou fornecimento de mão de obra. Ora, a prestação de serviços em recursos humanos se refere à atividade econômica relativa à seleção e gerenciamento de mão de obra, locação de mão de obra temporária e gestão de recursos humanos para terceiros, atividades correspondentes aos CNAEs 781/782 e 783. Prestação de serviços de recursos humanos não é fornecer mão de obra terceirizada. Assim, deve ser descartada a argumentação da Recorrida nesse sentido, não passando de pueril jogo de palavras*” (doc. n. 35898-2019-231, p. 11).

Com base na Cláusula 26ª da CCT firmada pelo SINSERTH, a *Santa Fé Serviços Eireli* concluiu que: “*as empresas a ele filiadas estão aptas a fornecerem qualquer tipo de recursos humanos para terceiros, exatamente*



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

como previu o edital publicado pelo TRT3, que em inúmeros trechos clarifica que a licitação se destina a contratação de recursos humanos” (doc. n. 35898-2019-230, p. 11).

No entanto, não é válida tal conclusão. Como ensina Maurício Godinho Delgado⁸, “os trabalhadores terceirizados não constituem, do ponto de vista real e sob a perspectiva jurídica, uma categoria profissional efetiva, uma vez que não apresentam, regra geral, similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, (compondo) a expressão social elementar compreendida como categoria profissional (art. 511, §2º, CLT)”. Desse modo, não há um sindicato para representar todos os terceirizados. Pode-se entender que eles devem ser representados pelo sindicato profissional referente à atividade que a sua tomadora de serviços exerce ou pelo sindicato representativo da sua profissão diferenciada, se for o caso, sob pena de violação do princípio da isonomia.

Pelos fundamentos fáticos e jurídicos expostos, opina-se pelo provimento parcial do Recurso Administrativo hierárquico interposto pela *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli*, devendo a i. Pregoeira retornar o procedimento para a fase de julgamento da proposta, a fim de que a análise relativa ao CCT apresentada pela *Santa Fé Serviços Eireli* seja aprofundada e então seja definida a pertinência ou não de seu uso pela Arrematante do Lote 4 do Pregão Eletrônico n. 23/2019⁹.

Nesse sentido, sugere-se que seja solicitada à Recorrida a comprovação do número de trabalhadores dedicados a cada uma das atividades que exerce, de modo que o grupo que possuir maior número indicará a atividade preponderante da empresa.

1.4. Conclusão do Recurso.

Diante de todo o explicitado, sugere-se que o Recurso apresentado pela licitante *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* seja conhecido e, no mérito, parcialmente provido, devendo a i. Pregoeira retornar o procedimento para a fase de julgamento da proposta, a fim de que a análise relativa ao CCT apresentada pela *Santa Fé Serviços Eireli* seja aprofundada e então seja definida a pertinência ou não de seu uso pela Arrematante do Lote 4 do Pregão Eletrônico n. 23/2019.

8 DELGADO, Mauricio Godinho. Direito coletivo do trabalho. 7. Ed. rev, atual. e ampl. –São Paulo: LTr, 2017.

9 “Anuindo ao voto do relator, o Plenário decidiu considerar a representação procedente e, entre outras deliberações, dar ciência à ANTT, com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes, que, no âmbito do Pregão Eletrônico 30/2018, constatou-se a desclassificação indevida de licitante em razão da ‘não realização de diligência para averiguar se o licitante comprovaria a condição de ser beneficiário de desoneração da folha de pagamento, descumprindo o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993’” (TCU - Acórdão 1097/2019 Plenário, Representação, Relator Ministro Bruno Dantas).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

2. HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 23/2019.

2.1. Lotes 2 e 3.

Embora tenha havido Recurso apenas quanto ao Lote 4, é certo que a decisão da matéria também atingirá os Lotes 2 e 3, que tiveram como arrematante a empresa *Santa Fé Serviços Eireli* (doc. n. 35898-2019-236).

Conforme se verifica dos autos (doc. n. 35898-2019-129), os Lotes 2 e 3 contemplaram, respectivamente, as regiões de: (a) Jequitinhonha, Vale do Rio Doce e Campo das Vertentes e (b) Sul de Minas e Zona da Mata.

E, conquanto tenha a Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas (SELPD) concluído, em exame final das propostas apresentadas pela empresa, pela ausência de inconsistências a serem sanadas no preenchimento das planilhas, uma vez *“realizadas as adequações necessárias, sem majoração do valor inicial da proposta, bem como apresentados os esclarecimentos solicitados”* (35898-2019-212 e 227), é de se notar que, em primeira análise (doc. n. 35898-2019-207 e 222), a Unidade explicitou que as propostas da empresa *Santa Fé Serviços Eireli* foram apresentadas conforme disposições da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) MG002209/2019, firmada entre SINTAPPI-MG e SINSEHTMG e ressaltou que a temática carecia de análise jurídica mais detida, no que se refere aos preceitos de unicidade sindical, uma vez que a arrematante atualmente mantém dois contratos vigentes neste Órgão (Contratos n. 14SR021 e n. 15SR017), cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza, conservação e copeiragem, nos quais são observadas as disposições de instrumentos coletivos firmados por outros sindicatos.

Com isso, sugere-se que fique sobrestada a análise da homologação dos Lotes 2 e 3, vez que arrematados pela Recorrida, com fundamento no instrumento coletivo pactuado entre SINSEHT e SINTAPPI.

2.2. Lote 1.

Em relação ao Lote 1, tem-se como adjudicatária a licitante *Nacional Soluções e Serviços Eireli* (doc. n. 35898-2019-236).

Em exame preliminar da matéria, este Órgão vislumbrou que consta, dos autos, em relação à empresa, dentre outros documentos:

(I) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido em 24/07/2020, indicando como atividade econômica principal da empresa a seguinte: “62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (Dispensada *)” (doc. n. 35898-2019-148);



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

(II) Consulta - Fator Acidentário de Prevenção (FAP), consignando como **atividade econômica do estabelecimento** “Atividades de Limpeza não especificadas anteriormente” (81.29-0/00);

(III) documento intitulado “Alteração do Ato Constitutivo da Nacional Soluções e Serviços Eireli”, ao que parece protocolado na Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA) em 10/06/2020 e registrado em 15/06/2020 (posteriormente à data da Sessão do Pregão Eletrônico) (doc. n. 35898-2019-149), nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa insere a seguinte atividade em seu objeto social:

8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios
[...]

Em decorrência das modificações acima deliberadas a empresa passa a ter consolidado o seguinte ato constitutivo:
[...]

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA.

A Empresa tem por objeto social o ramo de:

62091-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;

70204-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;

73122-00 - Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação;

73190-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente: a publicidade aérea, os serviços de alto-falante e sonorização (uso de alto-falantes), em veículos motorizados ou não com a finalidade de publicidade;

74901-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente: As atividades de assessoria e consultoria técnica em áreas profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente, inclusive as realizadas por profissionais autônomos ou constituídos como empresas individuais, telefonistas, pinturas, revestimentos, e viaturas, edificações, leasing de equipamentos de jardinagem, manutenção de telefones fixos, operação de telefonia, transporte de malote, sinalização de vias públicas em geral, pedreiro, operador de máquinas, carregamento e descarregamento;

81117-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais;

81290-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente: Limpeza em imóveis em geral;

82113-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;

82300-01- Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;

43223-02 – Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

81222-00 - Imunização e controle de pragas urbanas
80200-00 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança
01610- 01 - Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas
77110-00 - Locação de automóveis sem condutor
38114-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 90019-02 - Produção musical
49299-99 - Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente: serviços de motorista em geral;
52290-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente: prestação de serviços de motorista de forma contínua e de forma temporária;
81199-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente: digitalização, preparação de documentos, selos, despacho de correspondência e transcrição de documentos.
3822-0/00 - Tratamento e disposição de resíduos perigosos;
3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos;
7820-5/00 - Locação de mão de obra temporária;
4520-0/05 Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores;
8220-2/00 - Atividades de teleatendimento – call center;
4120-4/00 - Construção de edifícios; 4299-5/01 - Construção de instalações esportivas e recreativas;
4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas.
8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios

(IV) Alvará de Licença e Funcionamento, emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda de São Luís, indicando como CNAE Principal e Secundários: 620910000 – Suporte Técnico, Manutenção e outros serviços em Tecnologia da Informação” (doc. n. 35898-2019-149);

(V) Certidão Negativa da Secretaria Municipal de Fazenda de São Luís, indicando como atividade econômica principal da empresa 620910000 – Suporte Técnico, Manutenção e outros Serviços em Tecnologia da Informação (doc. n. 35898-2019-149).

A SELPD, ao promover a primeira análise técnica da proposta apresentada pela empresa, ressaltou que (CI N. SELPD/SLSTE/197/2020 – doc. n. 35898-2019-156):

1.1. A proposta foi apresentada conforme disposições das mesmas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) adotadas como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, firmadas entre SEAC/MG e sindicatos representativos das respectivas categorias profissionais, quais sejam: CCT MG000131/2019 – FETHEMG (Bom Despacho, Itaúna, Pará de Minas, Paracatu e Unaí); CCT MG000516/2019 – SIDEACO (Uberlândia); CCT MG000569/2019 – SINDEACO (Araguari, Ituiutaba e Iturama); CCT MG000808/2019 – SECHOBARES/MG (Curvelo e Diamantina); CCT MG000814/2019 – SECOSAER (Fruital, Patos de Minas, e Patrocínio); CCT MG000939/2019 – SINDESETH



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

(Sete Lagoas); CCT MG000942/2019 – SECOSAER (Uberaba); CCT MG000975/2019 – SETHAC-NM (Montes Claros); CCT MG000976/2019 – SETHAC-NM (Januária, Pirapora e Monte Azul); CCT MG0001211/2019 – SINTHA (Araxá); CCT MG0002424/2019 – SINETH (Formiga, Passos e Piumhi); e CCT MG0002700/2019 – SIETHD (Divinópolis).

Importa esclarecer que não compete a esta Unidade analisar o mérito a respeito do enquadramento sindical dos proponentes, tampouco aceitar ou contestar o instrumento coletivo utilizado na elaboração das planilhas de custos e formação de preços das propostas. Assim, a presente manifestação se limita à conformidade dos valores apresentados de acordo com os instrumentos coletivos dos sindicatos aos quais a empresa arrematante reputa estar vinculada, sujeitando-se às penas da lei caso o faça de forma incorreta.

[grifamos]

Examinados os documentos apresentados pela empresa, a Sra. Pregoeira concluiu que (doc. n. 35898-2019-228 – Histórico do Lote 1):

19/08/2020 17:20:39:695 PREGOEIRO (...) NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI utilizou como base para a confecção de sua proposta, CCT,s diversas celebradas entre o SEAC - Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais(...)

19/08/2020 17:20:53:071 PREGOEIRO (...) e entidades representativas dos profissionais em municípios do interior de Minas Gerais.(...)

19/08/2020 17:21:14:825 PREGOEIRO (...) **Consta do ato constitutivo da empresa, em sua cláusula segunda, que seu objeto social é, dentre outros, "Atividades de limpeza não especificadas anteriormente" (código CNAE 81.29-0-00).**(...)

19/08/2020 17:21:31:458 PREGOEIRO (...)Tal atividade consta do CNPJ da empresa como sendo secundária. Entretanto, da GFIP enviada pela licitante com a finalidade de confirmar o percentual da FAP, demonstra que a(...)

19/08/2020 17:21:42:997 PREGOEIRO (...) **atividade preponderante da empresa é, de fato, a acima descrita (CNAE 8129000).**(...)

19/08/2020 17:22:14:361 PREGOEIRO (...) Considerando-se que a atividade preponderante da empresa (limpeza) está diretamente relacionada às atividades abarcadas pelas CCT's SEAC indicadas (...)

19/08/2020 17:22:24:800 PREGOEIRO (...) verifica-se como adequada a utilização das referidas CCT's na composição de sua planilha de custos e formação de preços, estando conforme o enquadramento sindical da empresa.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

(...) 19/08/2020 17:22:39:068 PREGOEIRO (...) Ante o exposto, a proposta da arrematante atende a todos os requisitos elencados no edital.(...)

[destacamos]

No entanto, com o devido respeito à decisão da Sra. Pregoeira, conquanto tenha a empresa apresentado proposta “*conforme disposições das mesmas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) adotadas como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, firmadas entre SEAC/MG e sindicatos representativos das respectivas categorias profissionais*”, em face das discussões travadas sobre a matéria, em atenção ao princípio da isonomia que rege os atos da Administração Pública, e considerando o que fora sugerido, em termos de diligência, para o Lote 4, entende-se que igual procedimento deverá ser adotado quanto ao Lote 1, devendo a i. Pregoeira, por cautela, solicitar que a empresa *Nacional Soluções e Serviços Eireli* justifique/demonstre a pertinência das Convenções Coletivas apresentadas com a atividade preponderante por ela exercida.

É possível que a empresa *Nacional Soluções e Serviços Eireli*, por ter inserido em seu objeto social a atividade de “8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios” e, então, ter decidido participar do Pregão Eletrônico n. 23/2019, com vistas à celebração de contrato que exigirá considerável número de postos de trabalho, viu-se diante de uma provável alteração de sua atividade preponderante, levando-a a adotar, corretamente, a CCT firmada pelo SEAC, o que demonstraria sua boa-fé. No entanto, reputa-se prudente diligenciar a respeito da questão.

Diante disso, deixa-se, por ora, de promover análise quanto à homologação do Lote 1, para fins de promoção de diligências a cargo da Sra. Pregoeira, nos termos acima articulados.

3. CONCLUSÃO.

Diante do exposto, submeto a matéria à consideração de V. S^a, sugerindo que o Recurso apresentado pela licitante *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* seja conhecido e, no mérito, parcialmente provido, devendo a i. Pregoeira retornar o procedimento para a fase de julgamento da proposta, a fim de que a análise relativa ao CCT apresentada pela *Santa Fé Serviços Eireli* seja aprofundada e então seja definida a pertinência ou não de seu uso pela Arrematante do Lote 4 do Pregão Eletrônico n. 23/2019.

Outrossim, sugere-se que fique sobrestada a análise da homologação dos Lotes 2 e 3, vez que adjudicados à Recorrida, com fundamento no instrumento coletivo pactuado entre SINSERTH e SINTAPPI; bem assim quanto ao Lote 1, para fins de realização de diligências a cargo da Sra. Pregoeira, nos termos expostos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Por fim, recomenda-se a Sra. Pregoeira verificar a juntada e a descrição dos documentos sob o doc. n. 35898-2019-220, porquanto apesar de constar a informação de serem pertinentes à empresa *Santa Fé Serviços Eireli* são relativos à *Gold Serviços Ltda. EPF*.

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2020.

Cristiano Barros Reis
Assessor Jurídico de Licitações e Contratos
Portaria TRT/GP n. 8/2020

1. Documento: 35898-2019-238

1.1. Dados do Protocolo

Número: 35898/2019

Situação: Ativo

Tipo Documento: Pregão Eletrônico

Assunto: Licitação

Unidade Protocoladora: SAJ - SECAO DE APOIO JURIDICO

Data de Entrada: 24/10/2019

Localização Atual: SELC - SECRETARIA DE LICITACOES E CONTRATOS

Cadastrado pelo usuário: FRANCIAR

Data de Inclusão: 15/09/2020 12:20

Descrição: PE23/2019- Serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional.

1.2. Dados do Documento

Número: 35898-2019-238

Nome: e-PAD 35.898-2020-DG - PE n. 23-2020 - terceirização - Recurso Lote 4 - porvimento parcial - sobrestamento Lotes 2 e 3 - diligência Lote 1.pdf

Incluído Por: ASSESSORIA JURIDICA DE LICITACOES E CONTRATOS

Cadastrado pelo Usuário: SANDRAPM

Data de Inclusão: 14/09/2020 20:02

Descrição: Proposição DG

1.3. Assinaturas no documento

Assinador/Autenticador	Tipo	Data
SANDRA PIMENTEL MENDES	Login e Senha	14/09/2020 20:02

Documento Gerado em 15/09/2020 15:29:08

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Diretoria-Geral

e-PAD: 35.898/2019.

Ref.: Pregão Eletrônico n. 23/2019. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais, em modelo de contrato por desempenho/resultado, com fornecimento de uniformes, materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPIs).

Assunto: Recurso Administrativo hierárquico interposto pela empresa *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* em face da adjudicação do objeto relativo ao Lote 04 à Empresa *Santa Fé Serviços Eireli*. Provimento parcial. Sobrestamento da análise da homologação afeta aos Lotes 02 e 03, adjudicados à citada empresa. Diligência quanto ao Lote 01.

Visto.

Em face do parecer da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos desta Diretoria-Geral, submeto a matéria à consideração do Exmo. Desembargador Presidente, propondo o conhecimento do Recurso interposto pela *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli*, e, no mérito, o seu provimento parcial, devendo a i. Pregoeira retornar o procedimento para a fase de julgamento da proposta, a fim de que a análise relativa à CCT apresentada pela *Santa Fé Serviços Eireli* seja aprofundada e então seja definida a pertinência ou não de seu uso pela Arrematante do Lote 4 do Pregão Eletrônico n. 23/2019.

Propõe-se, ademais, em face de tais circunstâncias, que reste sobrestada a homologação dos Lotes 2 e 3, vez que também arrematados pela Recorrida, com fundamento no instrumento coletivo pactuado entre SINSERTH e SINTAPP.

Ainda, propõe-se a realização da diligência consignada no citado parecer jurídico em relação ao Lote 1 do certame adjudicado à empresa *Nacional Soluções e Serviços Eireli*.

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

Sandra Pimentel Mendes
Diretora-Geral

1. Documento: 35898-2019-239

1.1. Dados do Protocolo

Número: 35898/2019

Situação: Ativo

Tipo Documento: Pregão Eletrônico

Assunto: Licitação

Unidade Protocoladora: SAJ - SECAO DE APOIO JURIDICO

Data de Entrada: 24/10/2019

Localização Atual: SELC - SECRETARIA DE LICITACOES E CONTRATOS

Cadastrado pelo usuário: FRANCIAR

Data de Inclusão: 15/09/2020 12:20

Descrição: PE23/2019- Serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional.

1.2. Dados do Documento

Número: 35898-2019-239

Nome: e-PAD 35.898-2020-Pres-PE n. 23-2020-terceirização - Recurso Lote 04 - provimento parcial - sobrestamento Lotes 02 e 03 - diligência Lote 01.pdf

Incluído Por: ASSESSORIA JURIDICA DE LICITACOES E CONTRATOS

Cadastrado pelo Usuário: JMURILOM

Data de Inclusão: 15/09/2020 11:24

Descrição: Decisão Presidência

1.3. Assinaturas no documento

Assinador/Autenticador	Tipo	Data
JOSE MURILO DE MORAIS	Login e Senha	15/09/2020 11:24

Documento Gerado em 15/09/2020 15:31:00

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

e-PAD: 35.898/2019.

Ref.: Pregão Eletrônico n. 23/2019. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais, em modelo de contrato por desempenho/resultado, com fornecimento de uniformes, materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPIs).

Assunto: Recurso Administrativo hierárquico interposto pela empresa *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* em face da adjudicação do objeto relativo ao Lote 04 à Empresa *Santa Fé Serviços Eireli*. Provimento parcial. Sobrestamento da análise da homologação afeta aos Lotes 02 e 03, adjudicados à citada empresa. Diligência quanto ao Lote 01.

Visto.

Considerando o parecer exarado pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos da Diretoria-Geral, bem assim a proposição daquela Diretoria, conheço do Recurso interposto pela *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli*, e, no mérito, dou provimento parcial ao apelo, devendo a i. Pregoeira retornar o procedimento para a fase de julgamento da proposta, a fim de que a análise relativa à CCT apresentada pela *Santa Fé Serviços Eireli* seja aprofundada e então seja definida a pertinência ou não de seu uso pela Arrematante do Lote 4 do Pregão Eletrônico n. 23/2019.

Fica sobrestada a homologação dos Lotes 2 e 3, vez que também arrematados pela Recorrida, com fundamento no instrumento coletivo pactuado entre SINSERTH e SINTAPP.

A Sra. Pregoeira deverá promover a diligência consignada no citado parecer jurídico em relação ao Lote 1 do certame adjudicado à empresa *Nacional Soluções e Serviços Eireli*.

À Secretaria de Licitações e Contratos para as devidas providências.

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

José Murilo de Moraes
Desembargador Presidente